

TODAS AS COPIAS PARA TONICA / RODRIGO LARA MESQUITA / AE

EXPEDIDO DEMENE - MATÉRIA 12 - CAJA E PESCA

ABRE - 44 LINHAS

Texto de Liana John

Fotos de Clayton Lino/ Luiz Prado / Liana John / José Roberto Miranda

A ilegalidade da caça é amplamente ignorada no alto Rio Negro, no estado do Amazonas, como, aliás, em quase todas as regiões distantes dos grandes centros urbanos do país. Só que a carne de animais silvestres, antes de ser um troféu de caçadores esportivos, é um complemento alimentar ainda importante para as populações ribeirinhas.

No alto Negro e em seus afluentes, a contribuição da agricultura, em termos produtivos, é muito baixa. Não há condições de grandes melhorias, senão com investimentos em tecnologias e insumos adequados aos solos pobres e condições climáticas adversas daquela região. A criação de aves, suínos ou gado é insignificante e também depende de insumos, geralmente inacessíveis às comunidades distantes e sem recursos.

A substituição da proteína de animais silvestres por proteína vegetal ou de animais domésticos, no cardápio da população, portanto, não é apenas uma questão de fiscalização rigorosa, senão de alternativas tecnológicas e políticas e até de mudanças culturais. Enquanto nada disso é acessível, a caça e mesmo a comercialização de carne silvestre continua parte da rotina dos ribeirinhos.

Os pesquisadores da Expedição Demene fizeram uma avaliação da importância dessa caça para a população e de seu provável impacto sobre as espécies da região. A expedição foi realizada entre 14 e 31 de agosto, por iniciativa da Agência Estado (AE), em conjunto com o Núcleo de Monitoramento Ambiental (NMA-Embrapa) e Universidade Paulista (Unip/Objetivo). Segundo as conclusões preliminares dos pesquisadores, essa caça de sobrevivência ainda não ameaça as espécies porque há pouca gente e as quantidades caçadas são relativamente baixas.

O problema está no afluxo, a cada ano maior, de caçadores profissionais de fora, que sobem os rios com barcos 'geleiros' para abastecer os mercados e restaurantes clandestinos das grandes cidades. Um problema que afeta também a pesca, embora esta não seja ilegal. Os pescadores de fora aparecem com grandes barcos e redes de arrasto, que matam peixes de todos os tamanhos e qualidade para obter as três espécies que interessam aos consumidores urbanos e restaurantes: tambaqui, tucunaré e pirarucu.

A pesca de sobrevivência tem sido tão prejudicada, que os moradores estão tomando providências por conta própria. A inadequação das leis nacionais a tal realidade, a ausência de fiscalização e de um plano de manejo racional pode comprometer, a médio e longo prazo, recursos pesqueiros e, o que é pior, sem

necessidade, apenas por falta de decisão.

EXPEDIÇÃO DEMENE/RETRANCA ``COMIDA`` (CAJA E PESCA)- DE GABRIEL NOGUEIRA, FOTOS/
TODAS AS COPIAS PARA TONICA-AMBIENTE-AE- NÃO DISTRIBUIR.

BARCELOS (AM) - O Nazaré Atlético Clube (NAC), principal ponto de encontro da juventude de Barcelos, última cidade antes da área preservada do Rio Demene, registrou uma cena comum para a cidade no dia 17 de agosto. Para angariar recursos destinados à festa de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira da cidade, foram leiloados vários objetos e animais assados, entre eles uma tartaruga 'tracajá', arrematada por Cr\$ 5 mil.

O comércio de animais silvestres, se houver flagrante, é passível de prisão por crime inafiançável. Na festa, dois soldados da Polícia Militar do Amazonas garantiam o leilão. A caça e a pesca predatória nos 122 mil quilômetros quadrados desse município, mais extenso que Portugal, são a maior ameaça ao equilíbrio do sistema ambiental. Para a população ribeirinha, a pesca e a caça são a principal fonte de proteínas.

Mas na cidade, há uma grande demanda para todo tipo de caça e pesca, inclusive de antas, macacos, cotias e peixes-boi devido à falta de pecuária e avicultura na região. Ao todo, são consumidos nessa região 29 diferentes animais protegidos pela legislação ambiental. Essa realidade se repete na maioria das cidades do Amazonas. Toda semana, barcos de transporte de passageiros, os 'recreios', são apreendidos em Manaus com os porões abarrotados de animais silvestres.

Esta constatação foi feita pela equipe do Núcleo de Monitoramento Ambiental (NMA-Embrapa) e Universidade Paulista (Unip) que desenvolvem projeto de zoneamento ecológico-econômico da região do Rio Demene, uma das áreas da Amazônia ainda intocadas pelo homem. O projeto é uma iniciativa da Agência Estado e tem por objetivo demonstrar que o desenvolvimento da Amazônia pode ser realizado com baixo impacto ambiental. O zoneamento vai apontar alternativas ao desenvolvimento sustentado da região, sem agressão ao meio-ambiente.

"A melhor carne do mundo é a do peixe-boi. O macaco tem a carne muito dura", diz o 'capitão' Francisco Miguel, líder de uma comunidade indígena baniwa, quase aculturada, instalada na localidade de Pai Raimundo, na margem direita do

Demene. Segundo Francisco, a caça de antas, porcos-do-mato e pacas é mais farta à noite, entre setembro e outubro. A pesca, a partir de outubro, quando os rios começam a secar. Não há, no entanto, muita escolha: "O que aparecer na nossa frente a gente pega", diz Francisco.

Nas comunidades do Rio Demene, onde a piranha e a paca são os mais capturados para complementar a pobre dieta de farinha d'água, de acordo com a pesquisa do NMA, a maior queixa é contra os caçadores profissionais, que vivem em barcos com as famílias, não têm roça e conhecem os melhores lugares para pegar cada tipo de animal. Devido à pobreza da fauna na região do Rio Negro, a área de influência do Rio Demene é uma das preferidas pelos caçadores.

Francisco Assis Bittencourt, um caboclo de 41 anos, é um desses caçadores profissionais que, junto com a família, o irmão e um amigo, mora em um barco e faz o percurso dos rios. "Não gosto de morar na cidade. Aqui fico muito preso", explica, ao oferecer aos membros da expedição carne de um peixe-boi de 40 quilos, a Cr\$ 400 o quilo.

Mesmo com a recusa de compra dos pesquisadores, em pouco tempo toda a carne havia sido vendida. "A gente mata o peixe-boi nos lugares onde ele está comendo. Fica bem quieto. Quando ele sobe à tona para respirar, arpoa ele", conta Francisco. Depois de vendido pelos caçadores, o quilo de carne de anta e peixe-boi, nas mãos dos intermediários, chega a custar Cr\$ 2.500,00, sendo muito procurada em Manaus e outras cidades do Amazonas cuja população é oriunda do interior e mantém costumes alimentares inalterados.

O prefeito de Barcelos, Elias Ribeiro Teixeira, com a lei de número 228 de 25 de março deste ano, dispôs a região do Rio Demene e mais seis rios e seus afluentes como de preservação permanente de fauna e flora. Criou também uma Secretaria Municipal de Meio Ambiente mas admite que foi apenas 'pro forma'. "O povo tem que comer", alega, para justificar a permissividade existente na cidade em relação aos animais silvestres.

O sociólogo Renato Cabral, do NMA, acha que a pesca e caça devem ser permitidas para os ribeirinhos do Demene (pouco mais de 150 pessoas) e o comércio reprimido na cidade de Barcelos, a fim de evitar o desequilíbrio. "Não há grande impacto ambiental com o consumo alimentar por parte desse pequeno grupo de pessoas", acredita o sociólogo. "A comercialização é que é danosa pois exige sempre mais que os recursos naturais podem produzir."

Dos animais protegidos pela legislação ambiental o boto é o único que não sofre muitas perseguições. O povo tem medo do bicho, sua carne não é boa para comer e a crença diz que ele se transforma em homem em noites de lua cheia para engravidar as mulheres. Nas localidades ribeirinhas, em dias de festa, os estranhos são sempre olhados com desconfiança, principalmente se trazem na cabeça um chapéu. Diz a crença que o homem-boto usa chapéu para tapar o buraco que tem na cabeça.

BOX - INDUSTRIA DA CAJA E PESCA- GABRIEL NOGUEIRA, COM FOTOS

A fábrica de gelo de Barcelos é o centro das atividades de caça e pesca do município, reproduzindo uma realidade igual à maioria das cidades ribeirinhas do estado do Amazonas, afirma o sociólogo Renato Cabral, do NMA. Há em Barcelos oito barcos 'geleiras', que pescam na região dos rios Demene e Negro, sendo um deles da prefeitura. Oficialmente, todos os pescadores sabem que é ilegal pegar peixes-boi, tartarugas, jacarés e caçar, mas na prática a lei não é respeitada, afirma Raimundo Lira, dono da fábrica de gelo.

Munidos de caniços, linhas, redes, arpões (as zagaias) e espingardas, os barcos ficam fora uma semana, em média. Voltam com os porões cheios, cerca de uma tonelada, no caso dos barcos maiores, e de 300 a 500 quilos, dos menores, conta Raimundo. "Em cada viagem, os barcos trazem de dois a três peixes-boi, cada um com 80 a 100 quilos."

A carne do peixe-boi, muito apreciada, é conservada na própria gordura e guardada em latas. Essa conserva é chamada de 'mexira'. "Quando a carne vem salgada o preço é mais baixo, em torno de Cr\$ 500 o quilo; a 'mexira' custa Cr\$ 800 no atacado", informa o dono da fábrica de gelo.

Os pescadores de Barcelos se queixam da ação de barcos de Manaus, como o 'gelador' que, diante da escassez registrada em torno da capital buscam na época de rio vazio a abundância ainda existente na região. "São 12 pescadores a bordo. Cada viagem, de 15 dias, rende em torno de seis toneladas. Eles pegam tudo, desde peixes como tucunaré a tartarugas e peixes-boi", diz Raimundo Lira.

Paralelamente aos pescadores, 20 'regatões', barcos-mercearias, trocam produtos alimentícios e principalmente cachaça por caça e pesca com a população ribeirinha. Um dos principais negociantes é Edson Rodrigues, mais conhecido como 'Pagão' devido sua forma dura de negociar, informam os ribeirinhos. Percorrendo o Rio Demene, sua área de atuação, 'Pagão' passa cerca de 20 dias parando de localidade em localidade, acompanhado, em média, por dez caçadores/pescadores agregados, que saem do barco principal em pequenas canoas. Com os ribeirinhos e índios, seu principal produto de troca é a cachaça. Em cada viagem, tem um lucro de 100%, admite.

BOX- IBAMA- RETRANCA COMIDA- GABRIEL NOGUEIRA, COM FOTOS

MANAUS (AM) - Um dos temas que mais preocupam ecologistas de todo o mundo é a preservação da Amazônia. Mas a dificuldade para preservar a região pode ser

medida pela falta de condições básicas necessárias para isso: há apenas 30 fiscais para cobrir todo o estado do Amazonas, que congrega a maior parte da Amazônia Legal brasileira e a sua preservação está ameaçada, admite o superintendente regional do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama), José Amauri da Silva Maia.

O Ibama enfrenta a oposição do governador Gilberto Mestrinho, que defende a caça de animais silvestres e atribui a "um capricho" a disposição de fazer cumprir a lei demonstrada pela presidente do órgão, Tânia Munhoz. José Amauri Maia diz que lhe faltam recursos até para mandar fiscais a outras cidades. A caça indiscriminada chega a tal ponto que ovos de tartaruga são dados para porcos. "É preciso fazer o caboclo entender o ciclo das espécies", diz o superintendente regional do Ibama. "Não temos veículos, embarcações e o governo federal bloqueou várias vezes os recursos necessários às nossas ações."

Para fiscalizar dois parques nacionais, duas reservas ecológicas, uma reserva biológica e 19 florestas nacionais, o Ibama do Amazonas conta apenas com 30 fiscais, a maior parte funcionários voluntários com formação deficiente. Só os parques nacionais do Jaú e do Pico da Neblina têm dois milhões e 280 mil hectares, mais que muitos países europeus. "Precisaríamos de 300 homens para fiscalizar apenas parques maiores, como o de Jaú", calcula Maia.

"Ensinaram o caboclo a explorar a floresta de forma errada. Ele ainda se comporta como 100 anos atrás: queima extensas áreas para plantar mandioca, quando poderia explorar potencialmente a mata, retirando apenas árvores nobres que lhe renderiam muito mais que lavouras de mandioca", exemplifica Maia. Mas para se desenvolver uma conscientização nesse sentido falta pesquisa. O Ibama não tem informações sobre a época de reprodução das espécies e floração das árvores. "Isso torna difícil a definição de temporadas de caça e defeso", argumenta o superintendente do instituto.

Toda semana, 'recreios' -- barcos que são a principal forma de transporte de carga e passageiros da região -- levam para Manaus toneladas de carne de animais como anta, pacas, peixe-boi e tartarugas. Segundo o superintendente do Ibama, em torno de 80% da população de Manaus (estimada em 1985 pelo IBGE em 809.914 habitantes) consome com regularidade carne de caça. Um dos grandes defensores dessa dieta é o governador Gilberto Mestrinho, que em entrevistas se confessa um apreciador de pratos à base de jacaré, tartaruga e anta.

Os únicos animais que o Ibama consegue salvar são as tartarugas levadas vivas. Mesmo assim, o número apreendido é mínimo diante da quantidade caçada na realidade. "É uma luta desigual. Não queremos polemizar com o governador. Se alguma coisa tem que ser mudada, para permitir, por exemplo, temporada de caça, cabe ao Congresso. Ao Ibama cabe cumprir a lei", afirma Maia.